

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTÁBEIS E ATUARIAIS

HENRY LUCAS LEME

**A CRISE ECONÔMICA DE 1929 E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O
BRASIL E O MUNDO: UMA ANÁLISE DAS REPERCUSSÕES ECONÔMICAS,
SOCIAIS E POLÍTICAS DA GRANDE DEPRESSÃO**

SÃO PAULO

2024

HENRY LUCAS LEME

**A CRISE ECONÔMICA DE 1929 E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O
BRASIL E O MUNDO: UMA ANÁLISE DAS REPERCUSSÕES ECONÔMICAS,
SOCIAIS E POLÍTICAS DA GRANDE DEPRESSÃO**

Monografia submetida à apreciação da Banca Examinadora do Departamento de Economia, como exigência parcial para a obtenção do grau de bacharel em ciências econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho

SÃO PAULO

2024

O autor desta obra autoriza sua publicação eletrônica na Biblioteca Digital da PUC-SP.

Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

Ficha Catalográfica

Leme, Henry Lucas.

A crise econômica de 1929 e suas consequências para o Brasil e o mundo: Uma análise das repercussões econômicas, sociais e políticas da Grande Depressão, 2024

50 p.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho

1. Antecedentes e Causas da Crise de 1929, 2. A Grande Depressão: Disseminação e Impactos Globais, 3. Desenvolvimento e Impacto da Crise de 1929 no Brasil. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuariais.

AGRADECIMENTOS

A jornada acadêmica que culminou com a presente dissertação monográfica foi marcada por desafios, aprendizados e, acima de tudo, pelo apoio incondicional de pessoas que amo e admiro. Nesta dissertação, pretendo compartilhar como a influência da família e do amor me impulsionaram a alcançar meus objetivos e me tornaram a pessoa que sou hoje.

Meus pais, Moises Candido de Oliveira Leme e Adriana Aparecida Nakahara, sempre acreditaram em meu potencial e me incentivaram a buscar meus sonhos. Desde cedo, me proporcionaram as melhores oportunidades de aprendizado, me ensinaram valores como disciplina, honestidade e respeito, e me transmitiram a importância da educação como ferramenta para o sucesso na vida. Minha irmã, Thais Aparecida Leme, sempre foi minha confidente, amiga e parceira em todas as horas. Sua presença em minha vida foi fundamental para superar os desafios e celebrar as conquistas.

Minha namorada e futura esposa, Eduarda Santos Tobias, é o meu porto seguro, minha força e a minha maior inspiração. Seu amor incondicional, sua compreensão e apoio me motivaram a buscar sempre o meu melhor. Sua presença constante em minha vida me deu força para superar os momentos mais difíceis e me impulsionou a alcançar meus objetivos.

A vida acadêmica não foi um caminho fácil. Enfrentei diversos desafios, como conciliar estudos com trabalho, lidar com a pressão das provas e apresentações e superar a autodúvida. No entanto, a cada obstáculo superado, me sentia mais forte e confiante. As aulas, os projetos de pesquisa e as interações com meus colegas me proporcionaram um crescimento intelectual e pessoal significativo.

Ao longo da minha jornada acadêmica, tive a oportunidade de contar com a orientação de um profissional excepcional, Dr. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho. Sua expertise, sabedoria e paciência foram fundamentais para o desenvolvimento da minha pesquisa. Seus ensinamentos me ajudaram a aprimorar minhas habilidades de pesquisa, escrita e análise crítica, e me prepararam para os desafios da vida profissional.

Ao concluir esta dissertação monográfica, sinto-me profundamente grato a todas as pessoas que contribuíram para minha formação e meu sucesso. Agradeço à minha família, ao meu amor, aos meus professores, orientadores e amigos. Sem o apoio e incentivo de cada um deles, esta conquista não seria possível.

A conquista desta dissertação monográfica representa um marco importante em minha vida. É a concretização de anos de dedicação, estudo e trabalho duro. No entanto, este trabalho não é apenas meu, mas sim o resultado da colaboração e do apoio de muitas pessoas que amo e admiro. A elas, dedico minha eterna gratidão.

RESUMO

A Grande Depressão de 1929 representa um dos momentos mais significativos da história econômica moderna, marcando um ponto de inflexão que mudou profundamente as percepções sobre o papel dos governos na economia e destacando a vulnerabilidade dos mercados globais. A monografia intitulada "A Crise Econômica de 1929 e suas Consequências para o Brasil e o Mundo: Uma Análise das Repercussões Econômicas, Sociais e Políticas da Grande Depressão" propõe-se a investigar as múltiplas facetas dessa crise, explorando tanto os impactos imediatos quanto as consequências de longo prazo em escala global e nacional, com um foco especial no Brasil.

O principal objetivo desta pesquisa é desvendar as complexas dinâmicas econômicas, sociais e políticas desencadeadas pela crise de 1929. Em particular, o estudo busca entender como a depressão afetou as estruturas econômicas dos países, desencadeou mudanças políticas significativas e reconfigurou as relações sociais tanto nos Estados Unidos, epicentro da crise, quanto no Brasil, que enfrentava seus próprios desafios econômicos e políticos na época.

Para alcançar esse objetivo, a monografia emprega uma metodologia bibliográfica, revisando uma vasta gama de literaturas clássicas e contemporâneas sobre o tema, incluindo análises econômicas detalhadas e registros históricos que documentam a época. As obras de John Galbraith e Celso Furtado são particularmente centrais para esta análise, fornecendo insights essenciais sobre os mecanismos da crise e suas repercussões.

Os resultados da pesquisa indicam que a crise foi precipitada por uma combinação de especulação desenfreada, falhas de regulamentação e uma resposta inadequada dos governos à escalada dos problemas econômicos. No contexto dos Estados Unidos, a crise resultou em uma profunda recessão econômica, caracterizada por falências massivas e desemprego extensivo. No Brasil, o impacto foi sentido com intensidade na indústria do café, que viu os preços despencarem devido à queda na demanda global. Esta situação forçou o país a reconsiderar seu modelo econômico, levando a uma ênfase renovada nas políticas de intervenção estatal e na diversificação econômica por meio da industrialização.

As conclusões da monografia reiteram a importância crítica de supervisão financeira e regulamentação econômica adequadas. A crise de 1929 ensinou lições valiosas sobre a necessidade de políticas econômicas robustas e prudência fiscal para mitigar os efeitos de choques econômicos e financeiros. Além disso, o estudo destaca a necessidade de uma cooperação internacional mais efetiva para enfrentar desafios econômicos globais, sugerindo que a estabilidade econômica mundial depende cada vez mais da capacidade dos países de trabalharem juntos em resposta a crises econômicas.

Palavras-chave: Crise de 1929. A Grande Depressão. Impacto da Crise de 1929. Respostas Governamentais e Políticas à Crise.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO TEMA E JUSTIFICATIVA	7
OBJETIVO	8
HIPÓTESES.....	9
METODOLOGIA	10
SUMÁRIO DA MONOGRAFIA	11
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: ANTECEDENTES E CAUSAS DA CRISE DE 1929	15
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA DÉCADA DE 1920.....	15
1.2 CAUSAS ECONÔMICAS E POLÍTICAS QUE LEVARAM À CRISE	17
1.3 O ESTOPIM: O “CRASH” DA BOLSA DE VALORES DE NOVA YORK	21
CAPÍTULO 2: A GRANDE DEPRESSÃO: DISSEMINAÇÃO E IMPACTOS GLOBAIS	24
2.1 ORIGENS E PROPAGAÇÃO DA CRISE	24
2.2 DISSEMINAÇÃO INTERNACIONAL E RESPOSTAS ECONÔMICAS.....	27
2.3 CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS GLOBAIS.....	29
2.4 IMPACTOS SOCIAIS E REFORMAS POLÍTICAS	31
CAPÍTULO 3: DESENVOLVIMENTO E IMPACTO DA CRISE DE 1929 NO BRASIL	34
3.1 A SITUAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL NA DÉCADA DE 1920	34
3.2 O IMPACTO DIRETO DA GRANDE DEPRESSÃO NO BRASIL.....	37
3.3 RESPOSTAS GOVERNAMENTAIS E POLÍTICAS DE INTERVENÇÃO	40
3.4 TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS DECORRENTES DA CRISE.....	43
CONCLUSÃO.....	46
REFERÊNCIAS.....	49

APRESENTAÇÃO DO TEMA E JUSTIFICATIVA

A crise econômica de 1929, também conhecida como a Grande Depressão, foi um evento de extrema importância na história econômica mundial, tendo repercussões significativas tanto para o Brasil quanto para o restante do mundo. Compreender as causas, os desdobramentos e as consequências dessa crise são de fundamental importância para a compreensão dos processos econômicos, sociais e políticos que moldaram o século XX e que ainda têm impactos atualmente.

A análise abrangente das repercussões econômicas, sociais e políticas da Grande Depressão permite destacar e compreender os riscos de um eminente colapso dos mercados financeiros, a queda acentuada da produção industrial e agrícola, o aumento do desemprego em massa e a intensificação da desigualdade social. Além disso, possibilita investigar as estratégias adotadas pelos governos para lidar com a crise, como as políticas de austeridade e as intervenções estatais na economia.

No contexto brasileiro, o estudo das consequências da crise de 1929 é particularmente relevante, uma vez que o país também sofreu os impactos do colapso financeiro global. A análise dos setores econômicos mais afetados, como o café, principal produto de exportação brasileiro na época, bem como das medidas adotadas pelo governo para enfrentar a crise, possibilita uma compreensão mais profunda do processo de industrialização do Brasil e das transformações políticas e sociais decorrentes desse período.

Portanto, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de investigar e compreender a crise econômica de 1929 e suas consequências para o Brasil e o mundo, uma vez que seu estudo proporciona uma visão abrangente dos desafios econômicos, sociais e políticos enfrentados naquele período e contribui para uma análise mais aprofundada das dinâmicas econômicas contemporâneas. Além disso, essa análise permite-nos refletir sobre as lições aprendidas e buscar alternativas para evitar a repetição de eventos devastadores como a Grande Depressão.

OBJETIVO

O objetivo desta pesquisa é realizar uma análise abrangente das repercussões econômicas, sociais e políticas da crise econômica de 1929, conhecida como a Grande Depressão, tanto para o Brasil quanto para o restante do mundo. Por meio dessa investigação, busca-se compreender as causas desse evento histórico, a disseminação de seus impactos e as transformações que ocorreram nas esferas econômica, social e política como resultado dessa crise.

Nesse sentido, pretende-se examinar as origens da crise, investigando o contexto socioeconômico que a precedeu e as condições que propiciaram o seu surgimento. Serão analisados os fatores que contribuíram para o colapso do mercado de ações em 1929 nos Estados Unidos, bem como a forma como a crise se propagou rapidamente por outros países, devido à interconexão econômica global.

Além disso, este estudo tem como objetivo principal analisar as consequências econômicas da Grande Depressão. Será investigado o impacto da queda do comércio internacional, do aumento do desemprego em massa e da queda da produção industrial, bem como a intensificação das desigualdades sociais resultante dessa crise. Também serão exploradas as estratégias adotadas pelos governos para enfrentar a crise, incluindo as políticas de austeridade e as intervenções estatais na economia.

No contexto brasileiro, o objetivo é compreender de que forma o país foi afetado pela crise de 1929 e quais setores econômicos foram mais impactados. Serão analisadas as consequências para a economia brasileira, com ênfase no setor cafeeiro, principal produto de exportação na época, e nas medidas adotadas pelo governo para enfrentar a crise e promover a recuperação econômica.

Adicionalmente, busca-se investigar as implicações geopolíticas da crise, como o fortalecimento de regimes autoritários na Europa e o declínio do sistema liberal, além de refletir sobre o papel do Estado na promoção do bem-estar social e na mitigação dos efeitos adversos das crises econômicas.

Portanto, o objetivo desta pesquisa é contribuir para uma compreensão mais profunda da crise econômica de 1929 e suas consequências para o Brasil e o mundo, oferecendo subsídios para a reflexão sobre as dinâmicas econômicas contemporâneas e para a busca de alternativas que possam evitar a repetição de eventos devastadores como a Grande Depressão.

HIPÓTESES

A hipótese deste projeto de pesquisa é que a crise econômica de 1929 teve profundas repercussões econômicas, sociais e políticas tanto para o Brasil quanto para o restante do mundo. A partir dessa crise, ocorreram transformações significativas nas estruturas econômicas, nos sistemas políticos e nas relações sociais, que moldaram o século XX e influenciam até os dias atuais.

Acredita-se que as origens da crise, ligadas à especulação desenfreada e à euforia econômica dos anos 1920, levaram ao colapso do mercado de ações e uma severa crise bancária nos Estados Unidos, desencadeando uma queda vertiginosa da produção, do comércio internacional e do investimento. Essa hipótese sugere que a crise se espalhou rapidamente para outros países devido à interconexão econômica global, gerando um efeito cascata e uma espiral recessiva.

No que diz respeito às consequências econômicas, a hipótese sugere que a crise resultou em altas taxas de desemprego, redução da produção industrial e agrícola, e um colapso do sistema financeiro internacional. Acredita-se que essa crise tenha exacerbado as desigualdades sociais, aprofundando a pobreza e gerando instabilidade social.

Além disso, espera-se que a hipótese seja confirmada ao constatar que as respostas políticas e econômicas adotadas pelos governos, como as políticas de austeridade e as intervenções estatais na economia, tiveram um impacto significativo na tentativa de recuperação econômica e mitigação dos efeitos adversos da crise.

No contexto brasileiro, a hipótese aponta para a influência da crise na economia brasileira, especialmente no setor cafeeiro, principal produto de exportação

do país na época. Espera-se que a crise tenha levado a uma retração significativa nas exportações e tenha exigido medidas específicas do governo brasileiro para enfrentar os impactos negativos.

Por fim, a hipótese sugere que a crise de 1929 teve implicações geopolíticas duradouras, como o fortalecimento de regimes autoritários na Europa e o declínio do sistema liberal. Acredita-se também que essa crise tenha influenciado a adoção de novas políticas econômicas e acordos internacionais.

Portanto, a hipótese deste projeto de pesquisa é que a crise econômica de 1929 teve consequências profundas e abrangentes para o Brasil e o mundo, tanto em termos econômicos, sociais e políticos, e que seu estudo permitirá uma compreensão mais completa dos eventos e processos que ocorreram nesse período histórico.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo consiste principalmente na realização de uma pesquisa bibliográfica abrangente, envolvendo a análise de artigos acadêmicos, livros e documentos disponíveis em institutos de dados relevantes.

As principais obras que servirão de base teórica para contextualizar as discussões sobre os impactos econômicos e políticos da crise incluem "The Great Crash, 1929" de John Kenneth Galbraith (1954) e "Formação Econômica do Brasil" de Celso Furtado (1963). Estes textos são essenciais para compreender a profundidade dos problemas enfrentados durante a crise e suas consequências de longo prazo para a economia mundial e brasileira. A análise destas obras permitirá não apenas uma visão detalhada das condições econômicas e políticas da época, mas também facilitará a compreensão das respostas institucionais e das reformas que foram implementadas em resposta à crise. Esta abordagem bibliográfica é complementada por uma revisão de documentos de institutos de pesquisa que fornecem dados históricos e análises estatísticas, garantindo uma base empírica sólida para a discussão dos temas propostos.

SUMÁRIO DA MONOGRAFIA

A monografia será estruturada em quatro capítulos, além da introdução e conclusão.

Capítulo 1. Antecedentes e Causas da Crise de 1929: A década de 1920 foi uma época de expansão econômica e especulação desenfreada nos Estados Unidos, alimentada pela rápida disseminação do crédito fácil e pela ausência de regulação financeira rigorosa. A confiança excessiva no mercado de ações e uma crescente desigualdade de renda criaram um ambiente propício para a formação de bolhas especulativas, culminando no crash da Bolsa de Valores de Nova York em outubro de 1929. Este evento, que marcou o início da Grande Depressão, evidenciou a fragilidade do sistema financeiro e o impacto da falta de supervisão nos mercados. O crash foi mais do que uma queda dos preços das ações; representou o colapso de uma estrutura econômica baseada na especulação, revelando as vulnerabilidades de um sistema global que parecia próspero, mas que estava profundamente desequilibrado.

Capítulo 2. A Grande Depressão: Disseminação e Impactos Globais: O crash da Bolsa de Valores de Nova York rapidamente se transformou em uma crise global, graças à interconexão das economias internacionais. A disseminação da crise ocorreu através da redução do comércio internacional e do colapso do sistema financeiro, com repercussões em praticamente todas as partes do mundo. O impacto global incluiu uma queda dramática na produção industrial, aumento do desemprego e declínio do investimento, resultando em uma espiral recessiva que durou quase uma década. As respostas dos governos variaram: alguns adotaram políticas protecionistas para proteger suas economias, enquanto outros buscaram estimular a economia através de políticas de intervenção estatal, como o New Deal nos Estados Unidos. As consequências econômicas foram devastadoras, mas as repercussões sociais foram igualmente profundas, com um aumento da pobreza e mudanças significativas nas relações entre governo e sociedade.

Capítulo 3. Desenvolvimento e Impacto da Crise de 1929 no Brasil: O impacto da Grande Depressão no Brasil foi severo, devido à forte dependência das exportações de café. A queda abrupta nos preços e na demanda por café no mercado

internacional desencadeou uma crise econômica no Brasil, levando o governo a adotar medidas para estabilizar a economia. A política de valorização do café e a transição para a industrialização por substituição de importações foram algumas das estratégias utilizadas para mitigar os efeitos da crise. No entanto, essas políticas tiveram consequências a longo prazo, como a dependência de políticas protecionistas e a centralização do poder durante o Estado Novo de Getúlio Vargas. As transformações sociais e políticas decorrentes da crise foram significativas, com um aumento da urbanização e a formação de uma classe trabalhadora industrial que redefiniu a dinâmica social do país. O Brasil, como outras nações, teve que repensar seu modelo de desenvolvimento para enfrentar os desafios de uma economia global em transformação.

INTRODUÇÃO

A Grande Depressão de 1929 não é apenas um marco histórico na economia global; ela representa um fenômeno que mudou radicalmente as percepções sobre o papel dos governos na economia, a interconexão dos mercados internacionais e a fragilidade das sociedades frente às flutuações econômicas. Este evento cataclísmico, iniciado pelo colapso da Bolsa de Valores de Nova York, não só desencadeou uma década de adversidade econômica nos Estados Unidos, mas também propagou ondas de instabilidade por todo o globo, afetando profundamente nações em todos os continentes, inclusive o Brasil. A escolha deste tema para uma monografia não apenas reflete a importância de compreender um dos períodos mais desafiadores do século XX, mas também reconhece a necessidade de analisar as respostas a essas crises, tanto em termos de políticas internas quanto de dinâmicas globais.

A década de 1920, frequentemente idealizada como os "loucos anos vinte", foi um período de grande efervescência cultural, avanços tecnológicos significativos e expansão econômica. No entanto, foi também uma época marcada por profundas desigualdades, especulações financeiras arriscadas e uma crescente interdependência econômica internacional que deixou o mundo vulnerável a uma crise de proporções sem precedentes. Este capítulo visa explorar o contraste entre a prosperidade aparente da década e as bases instáveis sobre as quais essa prosperidade foi construída, delineando o cenário para a catástrofe econômica que se seguiria. A década de 1920 é frequentemente retratada como uma era de prosperidade e avanço tecnológico, marcada por um otimismo pós-Primeira Guerra Mundial que impulsionou as economias, especialmente a dos Estados Unidos, a novos patamares. No entanto, essa prosperidade ocultava desequilíbrios e excessos que semearam as sementes da futura catástrofe econômica. As inovações tecnológicas e a expansão do crédito facilitaram um estilo de vida até então inédito, mas também contribuíram para uma bolha especulativa e para uma sensação enganosa de segurança econômica. A análise dessa época revela um paradoxo entre o avanço e a imprudência, delineando um cenário pré-crise que é fundamental para entender a subsequente queda.

O caminho para a Grande Depressão foi pavimentado por uma combinação complexa de fatores econômicos e políticos. As políticas monetárias expansionistas, a especulação desenfreada no mercado de ações e uma distribuição de renda cada vez mais desigual contribuíram para criar uma economia global extremamente volátil. Este capítulo pretende desvendar as diversas causas da crise, destacando como as decisões políticas e as práticas econômicas da época contribuíram para a fragilidade do sistema financeiro global, culminando no crash de 1929. Além das causas imediatas do crash de 1929, como a especulação no mercado de ações e a política monetária inadequada, é crucial considerar as condições econômicas e políticas mais profundas que tornaram a crise inevitável. A concentração de riqueza, a crescente disparidade entre produção e consumo, e a fragilidade do sistema bancário não apenas exacerbaram a crise, mas também refletiram falhas estruturais no capitalismo da época. Esses elementos, combinados com uma falha de coordenação política internacional para responder à crise, transformaram uma recessão em uma depressão prolongada, demonstrando a interligação da economia global e a importância da governança econômica eficaz.

Após o crash, a crise rapidamente transcendeu as fronteiras nacionais, afetando economias em todo o mundo de maneira desigual. Este segmento explora a disseminação internacional da crise e as variadas respostas econômicas adotadas pelos países, desde políticas protecionistas até esforços de estímulo econômico. A análise dos impactos globais da Grande Depressão revela a extensão da interconexão econômica da época e as limitações das respostas isoladas à crise econômica. O caráter global da Grande Depressão sublinha a interconexão das economias na era moderna. A crise não respeitou fronteiras, afetando países em todos os estágios de desenvolvimento econômico e com diferentes estruturas políticas. As respostas a essa crise foram igualmente variadas, desde a adoção do New Deal nos Estados Unidos até políticas de autarquia em outras partes do mundo. Este capítulo visa explorar como diferentes sistemas políticos e econômicos enfrentaram o desafio da Depressão, destacando tanto os sucessos quanto as limitações dessas estratégias e as lições aprendidas no processo de recuperação.

O Brasil, com sua economia fortemente ancorada na exportação de commodities, especialmente o café, enfrentou desafios únicos em decorrência da

Grande Depressão. Este capítulo aborda como a crise afetou diretamente a economia brasileira, levando a uma significativa retração econômica e a mudanças nas políticas governamentais. As respostas ao desafio, incluindo a implementação de políticas de intervenção e o fomento à industrialização, marcaram o início de uma transformação econômica e social profunda no país. A experiência do Brasil com a Grande Depressão destaca a vulnerabilidade de economias dependentes de commodities a choques econômicos externos. A crise impulsionou o país a repensar seu modelo de desenvolvimento, levando a uma maior intervenção estatal na economia e a um esforço consciente para diversificar e industrializar. Este capítulo aprofunda as transformações econômicas, sociais e políticas desencadeadas pela crise, examinando como o Brasil utilizou essa adversidade como um catalisador para o desenvolvimento econômico e a modernização, bem como as tensões que essas mudanças provocaram na sociedade brasileira.

As consequências da Grande Depressão ultrapassaram os limites econômicos, instigando transformações sociais e políticas significativas. No Brasil, a crise fomentou o debate sobre o papel do Estado na economia, levando a uma redefinição das relações entre o governo e o mercado, assim como entre o Estado e os cidadãos. Este capítulo se dedica a examinar essas transformações, destacando como a crise precipitou mudanças políticas que redefiniriam o cenário social e econômico do Brasil nas décadas seguintes. As repercussões da Grande Depressão transcendem o econômico, provocando profundas transformações sociais e políticas. A crise desafiou ideologias econômicas predominantes e levou a uma reavaliação do papel do Estado na economia. No Brasil e em outros lugares, a depressão acelerou mudanças em direção a regimes políticos mais autoritários, ao mesmo tempo em que impulsionava reformas sociais e trabalhistas. Este capítulo reflete sobre o legado duradouro da crise nas estruturas sociais e políticas, destacando como a Depressão moldou as políticas do século XX, influenciando debates sobre a regulamentação econômica, o bem-estar social e a democracia.

A importância da análise da Grande Depressão e suas consequências reside não apenas na compreensão de um período histórico crítico, mas também no reconhecimento das lições aprendidas em termos de política econômica, gestão de crises e a necessidade de cooperação internacional para enfrentar desafios globais.

Este estudo visa não apenas documentar um episódio de significativa adversidade econômica, mas também refletir sobre as respostas a essa crise, avaliando seu impacto a longo prazo e as estratégias que podem ajudar a prevenir futuras crises econômicas. Ao fazer isso, a monografia não apenas contribui para o corpo acadêmico sobre a Grande Depressão, mas também oferece insights valiosos para políticas atuais e futuras. Entender a Grande Depressão é crucial não apenas para historiadores econômicos, mas para todos que buscam compreender as dinâmicas da economia global e as interações entre política, economia e sociedade. Este estudo oferece insights importantes sobre como as crises econômicas podem transformar sociedades e sistemas políticos, ressaltando a importância da resiliência econômica e da governança prudente para enfrentar os desafios do futuro.

CAPÍTULO 1: ANTECEDENTES E CAUSAS DA CRISE DE 1929

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA DÉCADA DE 1920

A década de 1920, frequentemente apelidada de "Os Loucos Anos Vinte," foi um período de grande transformação social, cultural, política e econômica, sendo crucial para compreender os antecedentes da crise de 1929. O período pós-Primeira Guerra Mundial viu o surgimento de uma nova ordem mundial, com os Estados Unidos ascendendo como uma potência econômica e industrial e tomando como frente o futuro do desenvolvimento mundial. A expansão econômica foi impulsionada pela introdução de novas tecnologias e inovações industriais, como a linha de montagem de Henry Ford, que transformaram a produção industrial e elevaram de forma radical a produtividade das indústrias tecnológicas do mundo (Chandler, 1990). Esse crescimento favoreceu o surgimento de uma sociedade de consumo de massas, com a publicidade incentivando um novo estilo de vida baseado no consumo e no crédito e visando o crescimento econômico e bem-estar. Além disso, a revolução tecnológica desta época não impactou apenas a indústria, mas permeou vários aspectos da vida cotidiana. O advento do rádio e do telefone reconfigurou as formas de comunicação e interação social, promovendo um intercâmbio cultural e informativo sem precedentes, que mudou não só o mundo na época, mas também todas as gerações futuras que derivaram da época (Smulyan, 1994). Enquanto isso, a

proliferação do automóvel proporcionou uma mobilidade sem precedentes, redefinindo padrões de vida e configurando novos paradigmas urbanos e sociais.

Enquanto a economia e a indústria floresciam, a sociedade experimentava mudanças significativas. A emancipação das mulheres e o surgimento da "flapper", uma subcultura de jovens mulheres dos anos 20 que desafiavam as regras culturais machistas da época ao utilizar saias curtas, simbolizaram uma rebelião contra as normas sociais restritivas da época. Essas mudanças sociais eram acompanhadas por revoluções culturais; o jazz e o cinema tornaram-se fenômenos populares, refletindo e moldando as atitudes e valores da sociedade da época (Leuchtenburg, 1993). A cultura desta década era marcada por uma busca pela novidade, pelo prazer e pela quebra de convenções. O fervilhar cultural da década se traduzia também numa literatura rica e diversificada, com autores como F. Scott Fitzgerald e Ernest Hemingway explorando os paradoxos e dilemas da modernidade (Brucoli, 2002). O teatro e as artes visuais, por sua vez, refletiam as tensões e transformações da época, desafiando convenções estéticas e expressando as inquietações e esperanças de uma geração marcada pela guerra e pelo progresso.

No entanto, as aparências de prosperidade e progresso mascaravam tensões subjacentes e desigualdades. A distribuição desigual de riqueza, o aumento da especulação financeira e a formação de bolhas de ativos eram sinais de um perigo de uma economia fundamentalmente instável (Galbraith, 1954). Enquanto alguns segmentos da sociedade desfrutavam de prosperidade sem precedentes, outros enfrentavam pobreza e desemprego, e a disparidade entre ricos e pobres se ampliava cada vez mais, criando terreno fértil para tensões tanto sociais quanto políticas. Os problemas econômicos eram agravados por políticas monetárias e fiscais mal concebidas, com a manutenção de taxas de juro baixas incentivando a especulação e o endividamento (Friedman e Schwartz, 1963). O sistema agrícola enfrentava sua própria crise, com a superprodução e a queda dos preços agrícolas comprometendo a renda e a estabilidade dos trabalhadores rurais, contribuindo para as crescentes disparidades socioeconômicas.

Além disso, a política internacional da década de 1920 era caracterizada por um equilíbrio precário de poder e por tentativas de reconstrução pós-guerra. Os Tratados de Paz de Paris, particularmente o Tratado de Versalhes, impuseram

condições punitivas à Alemanha, semeando ressentimentos e instabilidade em toda Europa (Keynes, 1919). Os Estados Unidos, que estavam em posição excelente pós primeira guerra, adotavam uma política de isolacionismo, recusavam-se a participar da Liga das Nações e favoreciam políticas comerciais protecionistas, exacerbando as tensões internacionais e contribuindo para a fragilidade do sistema econômico global.

Assim, a década de 1920, com sua atmosfera de euforia e inovação, também era um período de paradoxos e contradições, onde o progresso e a modernização coexistiam com desigualdade e instabilidade. Essas dinâmicas complexas entre progresso e conflito, prosperidade e desigualdade, inovação e especulação, estabeleceram as condições para o subsequente colapso econômico de 1929. As transformações desta década revelam como as interações entre cultura, sociedade, economia e política podem convergir para criar tanto oportunidades quanto vulnerabilidades, ressaltando a importância de abordagens holísticas e interdisciplinares para entender a história econômica. As transformações socioculturais e econômicas da década de 1920 ilustram a complexidade e a interconexão dos fenômenos históricos. Estudar este período requer uma apreciação das diversas dinâmicas em jogo e de como estas influenciaram e foram influenciadas pelos indivíduos, pelas instituições e pelas ideias de seu tempo (Hobsbawm, 1994). A compreensão profunda destas nuances permite não apenas um entendimento mais rico da década de 1920, mas também proporciona insights valiosos para a análise de períodos subsequentes de mudança e conflito.

1.2 CAUSAS ECONÔMICAS E POLÍTICAS QUE LEVARAM À CRISE

O desenvolvimento da crise econômica de 1929 não foi um evento isolado, mas sim o resultado de uma série de causas econômicas e políticas que culminaram em um colapso financeiro global. As décadas que antecederam a crise foram caracterizadas por políticas econômicas e fiscais imprudentes, especulação desenfreada e uma série de bolhas e desequilíbrios. As raízes da crise residem parcialmente nas políticas econômicas mundiais que foram adotadas de forma de necessidade e urgência no pós-Primeira Guerra Mundial. A guerra havia devastado as economias europeias, e os Estados Unidos emergiram como a principal potência

econômica mundial. Keynes, em “As consequências econômicas da paz” (1919), já alertava para os perigos do Tratado de Versalhes e as reparações impostas à Alemanha, prevendo instabilidade econômica e potencial conflito futuro. A necessidade de reconstrução europeia criou uma demanda significativa por bens e crédito americanos, promovendo uma era de prosperidade aparente nos Estados Unidos, caracterizada por crescimento econômico e elevação do mercado de ações. A hegemonia econômica dos Estados Unidos no período pós-Primeira Guerra contribuiu para uma explosão de otimismo e inovações tecnológicas, mas também para a ascensão de práticas financeiras imprudentes e especulação por conta de uma imagem de esperança futura de crescimento, os Estados Unidos estavam vivendo um "boom" de economia, política e cultura. O país experimentou uma onda de investimentos e consumo excessivos, alimentados por uma falsa sensação de segurança econômica e prosperidade. Keynes em suas obras enfatizou o papel fundamental das condições econômicas pós-guerra e das decisões políticas no desencadeamento da instabilidade econômica global, onde os desequilíbrios econômicos e as tensões internacionais cultivaram um terreno fértil para a crise subsequente.

Além da instabilidade internacional, políticas monetárias e fiscais domésticas nos Estados Unidos também contribuíram para a crise. A disponibilidade de crédito fácil e as baixas taxas de juros incentivaram tanto consumidores quanto empresas a acumularem dívidas significativas. Galbraith (1954) destaca a especulação excessiva e a acumulação de dívidas, devidas as grandes expectativas de futuro Americanas, como fatores cruciais que levaram ao colapso subsequente. Este ambiente de abundância de crédito e alavancagem excessiva alimentou a formação de bolhas de ativos, principalmente no mercado de ações, e elevou os preços dos ativos a níveis insustentáveis. A liberalização financeira e a expansão do crédito foram acompanhadas por uma ausência de supervisão e regulamentação adequadas. A estrutura monetária e fiscal do período favoreceu a criação de um ambiente propício para a especulação e o endividamento. Galbraith discute em sua obra, como esse ambiente de permissividade financeira promoveu a ascensão de bolhas de ativos, com investidores e instituições financeiras participando de práticas de alto risco, confiando na expectativa de continuidade do ciclo de crescimento e na liquidez do mercado.

Durante o período anterior e imediatamente após o Crash da Bolsa de Valores de Nova York em outubro de 1929, as taxas de juros nos Estados Unidos foram ajustadas em resposta à especulação do mercado de ações e a preocupações sobre a inflação. Especificamente, a Federal Reserve Board elevou sua taxa de desconto de 3,5% no início de 1928 para 5% em julho de 1928, em um esforço para desencorajar o empréstimo de fundos para investir no mercado de ações. No entanto, essa taxa de desconto foi aumentada ainda mais em agosto de 1929, para 6%, pouco antes do crash do mercado de ações, que ocorreu em outubro daquele ano. Esses aumentos foram parte dos esforços do Federal Reserve para diminuir o ritmo do crédito e da expansão econômica, tentando combater a especulação excessiva. No entanto, as taxas de juros mais altas também tornaram o custo do empréstimo mais caro para os negócios e consumidores, e após o Crash, houve críticas de que as taxas altas podem ter contribuído para agravar a situação econômica, levando a uma maior contração econômica.

A política da época também desempenhou um papel crucial. A falta de regulamentação adequada permitiu práticas empresariais e financeiras questionáveis, como a manipulação de mercado e a utilização de informações privilegiadas. A falta de transparência e os conflitos de interesse eram rampantes, e a ausência de mecanismos de fiscalização eficazes permitiu o desenvolvimento de um mercado extremamente especulativo e vulnerável. Kindleberger (1978) ressalta a importância dos fatores políticos e institucionais, argumentando que a ausência de um “emprestador de última instância” eficaz e de cooperação internacional agravaram a crise e dificultaram a recuperação econômica subsequente. Neste cenário, as más administradas políticas governamentais e as práticas regulatórias inadequadas foram cruciais para a eclosão da crise. As autoridades negligenciaram a supervisão e a intervenção necessárias no mercado financeiro, permitindo a proliferação de práticas especulativas e fraudulentas. Kindleberger em sua obra, destacou como a falha em estabelecer um sistema de governança financeira internacional eficiente e a ausência desse “emprestador de última instância” contribuíram para o agravamento da crise, tornando os mercados financeiros mais susceptíveis a choques internos e externos e pânico consequente.

O auge da crise foi precipitado pelo "Crash" da Bolsa de Valores de Nova York em outubro de 1929, um evento simbólico que marcou a explosão da bolha especulativa. As falhas estruturais do sistema financeiro, a alavancagem excessiva e a perda de confiança dos investidores se somaram em grande forma e convergiram, culminando em uma venda massiva de ações e uma subsequente total quebra de liquidez no mercado. Este crash não só evidenciou as fragilidades do sistema financeiro em geral, mas também exacerbou as condições econômicas já adversas, conduzindo a uma espiral deflacionária, contração do crédito e falências em massa por todo os mercados. A interconexão dos mercados globais e a dependência de economias estrangeiras em relação ao crédito e ao comércio americanos transformaram o crash da bolsa em uma crise global. A queda abrupta na confiança dos investidores e a urgente corrida para a liquidez demonstraram a vulnerabilidade intrínseca dos sistemas financeiros que com a globalização desse novo mundo moderno estavam interligados. O colapso ressaltou as falhas sistêmicas da estrutura financeira global, evidenciando a necessidade de reformas significativas no gerenciamento e na regulamentação dos mercados financeiros internacionais.

As causas da crise de 1929 são variadas, de todas formas e de todas áreas, envolvendo uma complexa interação entre política, economia e os seres vivos da economia, os humanos e sua psicologia. A crise não foi o resultado de um único evento, mas a culminação de anos de políticas imprudentes, desequilíbrios econômicos e comportamento especulativo. Os ensinamentos extraídos desta catástrofe econômica culminaram para o aprendizado da necessidade de regulamentações robustas, transparência e políticas econômicas e fiscais prudentes para mitigar os riscos de futuras crises financeiras. A combinação de desequilíbrios econômicos, falta de regulamentação, especulação desenfreada e falhas políticas e institucionais foram as bases que criaram as condições perfeitas para o desastre econômico de 1929. O aprendizado extraído dessa crise sublinha a importância de uma supervisão rigorosa, políticas macroeconômicas sábias, e um sistema financeiro robusto e transparente, a fim de evitar a reincidência de catástrofes econômicas similares.

1.3 O ESTOPIM: O “CRASH” DA BOLSA DE VALORES DE NOVA YORK

O “Crash” da Bolsa de Valores de Nova York em outubro de 1929 é frequentemente lembrado como o início da Grande Depressão, um período de grave crise econômica global. Este evento representou o colapso de um sistema financeiro superestimado e foi o reflexo de uma economia inundada por práticas especulativas e políticas econômicas imprudentes. O crash não foi um evento isolado e inesperado, mas o culminar de uma série de fatores econômicos e políticos que se arrastaram durante anos e construíram um terreno fértil para o colapso financeiro. Na década de 1920, o ambiente econômico estava saturado de otimismo exagerado e especulação financeira, com investidores, encorajados pelo fácil acesso ao crédito e pelas baixas taxas de juros, injetando grandes somas de dinheiro no mercado de ações. Este fenômeno foi detalhadamente descrito por Galbraith (1954) em “The Great Crash, 1929”, onde ele analisa todos os aspectos que levaram a crise e como a euforia coletiva e a especulação levaram a uma bolha insustentável no mercado de ações. O ambiente economicamente otimista da década de 1920 nos Estados Unidos estava intimamente ligado à proliferação de novas tecnologias e ao crescimento industrial, criando uma sensação de prosperidade e progresso infinito, uma América invencível. Galbraith observou que o otimismo gerado por essa atmosfera promoveu uma atitude negligente em relação aos riscos financeiros. A acessibilidade sem precedentes ao crédito incentivou um comportamento de investimento impulsivo, muitas vezes baseado em expectativas irrealistas de retornos futuros. Esse período de um extremo excesso de confiança americana foi fundamental para criar as condições para a eventual queda do mercado.

As práticas especulativas e a alavancagem excessiva foram impulsionadas por uma atmosfera de relaxamento regulatório e supervisão inadequada dos mercados financeiros. Este ambiente permitiu a disseminação de práticas de investimento de alto risco e a manipulação do mercado por informações privilegiadas, contribuindo para a inflação artificial dos preços das ações. Kindleberger (1978) em sua obra, enfatizou a ausência de uma estrutura regulatória internacional robusta e a falta de cooperação entre as nações como elementos que exacerbaram a vulnerabilidade dos mercados financeiros a choques e crises. A falta de regulamentação adequada exacerbou o risco sistemático ao permitir a disseminação de instrumentos financeiros

complexos e sem fundamento econômico real. O ambiente de negligência regulatória proporcionou um terreno fértil para a acumulação de dívidas insustentáveis e a exposição a derivativos financeiros voláteis. Kindleberger destacou como a incapacidade dos reguladores de entender e gerenciar esses riscos complexos contribuiu significativamente para a fragilidade do sistema financeiro e para a propagação da instabilidade.

O clima de exuberância irracional chegou a um ponto de ruptura em outubro de 1929, quando o pânico se instalou entre os investidores, levando a uma venda massiva de ações. Este pânico resultou de uma combinação de fatores, incluindo a percepção crescente da superavaliação do mercado, a incerteza econômica e a crise de confiança entre os bancos e investidores. O crash representou o estouro de uma bolha especulativa, evidenciando as graves deficiências e fragilidades do sistema financeiro da época. O pânico que se seguiu ao crash foi marcado por uma rápida desvalorização dos ativos e por corridas bancárias, à medida que os investidores tentavam liquidar suas posições em meio a um mercado em queda livre. O crash foi mais do que uma simples correção de mercado; representou o colapso de uma estrutura financeira saturada por excessos especulativos e endividamento. A crise subsequente expôs as vulnerabilidades inerentes ao sistema financeiro da época, evidenciando a necessidade de reformas estruturais para se resguardar contra futuras instabilidades.

O impacto do crash não foi confinado aos Estados Unidos. O mundo moderno com a globalização e a interligação dos mercados financeiros globais e a dependência das economias estrangeiras em relação ao capital americano transformaram este evento em um efeito dominó nas crises financeiras no mundo. Esta sequência de eventos e suas repercussões globais foram analisadas por Eichengreen (1992), que em sua obra dissertou como a estrutura do sistema monetário e financeiro global da época potencializou a propagação e a intensidade da crise. A posição dos Estados Unidos como referência econômica mundial e principal credor internacional significava que a crise americana se transformaria rapidamente em uma crise global, com fluxos de capital e comércio internacional se retirando drasticamente. Eichengreen em sua obra, explorou como as tentativas ineficazes de manter o padrão-ouro contribuíram para a disseminação internacional da depressão,

exacerbando as pressões deflacionárias e elevando as taxas de desemprego ao redor do mundo. Durante a Grande Depressão, a aderência ao padrão-ouro teve um papel significativo na propagação e intensificação da crise. Sob o padrão-ouro, as moedas dos países eram lastreadas por suas reservas de ouro, e as taxas de câmbio eram fixas. Isso significava que os países tinham pouco controle sobre sua política monetária e não podiam facilmente ajustar as taxas de juros ou a oferta monetária para responder às condições econômicas em mudança.

A aderência ao padrão-ouro antes e durante os estágios iniciais da Grande Depressão ilustrou como políticas monetárias rígidas podem exacerbar uma crise econômica. No Reino Unido, a fixação da libra ao ouro em uma taxa pré-guerra sobrevalorizada enfraqueceu a competitividade das exportações britânicas, aprofundando os problemas econômicos e obrigando o país a manter taxas de juros elevadas para defender sua moeda, o que apenas aumentou o desemprego. Somente com o abandono do padrão-ouro em 1931 o Reino Unido conseguiu adotar uma abordagem monetária mais flexível. Nos Estados Unidos, o aumento das taxas de juros pelo Federal Reserve para manter a paridade do dólar com o ouro e combater a especulação resultou em uma contração monetária que agravou a deflação e o desemprego, com uma política de flexibilização monetária só surgindo após o país deixar o padrão-ouro em 1933. Na Alemanha, a obrigação de manter a conversibilidade do marco levou a uma crise que culminou em hiperinflação e instabilidade política. As políticas protecionistas adotadas em resposta ao padrão-ouro agravaram ainda mais a situação econômica global, diminuindo o comércio internacional. O padrão-ouro, portanto, agiu como uma restrição, impedindo que as nações adotassem políticas monetárias que pudessem mitigar os efeitos da Depressão, e sua eventual rejeição pelos principais países é vista como um divisor de águas que permitiu uma recuperação econômica subsequente.

Refletindo sobre o “Crash” de 1929, fica evidente que este foi um evento heterogêneo, decorrente de uma confluência de falhas estruturais, especulação desenfreada e a inércia política e regulatória. A lição duradoura deste período é o reconhecimento da necessidade de prudência fiscal, regulamentação robusta, e supervisão proativa e real dos mercados financeiros, sem manipulações externas de grandes potências, para prevenir a formação de bolhas especulativas e proteger a

estabilidade econômica global. As reflexões sobre o crash revelam uma série de lições importantes sobre a governança econômica e a gestão de riscos financeiros no futuro. A crise ressaltou a importância de sistemas de supervisão financeira eficazes e de uma regulamentação prudente, sem corrupção, para mitigar os riscos de bolhas especulativas e crises financeiras subsequentes. A crise também reforça a necessidade de resiliência econômica e adaptabilidade na formulação de políticas para responder a choques econômicos e para restaurar a estabilidade financeira em tempos de incerteza.

CAPÍTULO 2: A GRANDE DEPRESSÃO: DISSEMINAÇÃO E IMPACTOS GLOBAIS

2.1 ORIGENS E PROPAGAÇÃO DA CRISE

A crise de 1929, também conhecida como a Grande Depressão, teve suas raízes na superprodução industrial, especulação financeira e desigualdade crescente nos Estados Unidos da década de 1920. A propagação inicial da crise nos Estados Unidos é um aspecto crucial para entender seu impacto de efeito domino em escala global. O "Crash" da Bolsa de Valores de Nova York em outubro de 1929 marca o início oficial da Grande Depressão. Este desastre financeiro foi precedido por uma era de especulação desenfreada e investimento em ações sem bases fundamentadas, somente com expectativas futuras, com muitos investidores comprando a crédito, visando essa expectativa futura (Galbraith, 1954). Quando a bolha especulativa estourou, os preços das ações despencaram, levando a falências em massa e a um pânico financeiro generalizado. A falta de confiança no sistema financeiro fez com que os investidores retirassem seus fundos dos bancos, precipitando uma crise bancária que agravou ainda mais a situação econômica. O fácil acesso ao crédito incentivou uma compra desenfreada de ações, junto ao pouco entendimento dos riscos envolvidos. A implosão dessa bolha não apenas evaporou vastas quantidades de riqueza, mas também expôs as fraquezas regulamentarias que o sistema financeiro tinha na época, gerando uma desconfiança profunda e duradoura nas instituições financeiras.

A crise financeira teve um grande impacto na economia e rapidamente se transformou em uma crise econômica, com a produção industrial despencando e o

desemprego atingindo níveis astronômicos. As empresas, sem acesso a crédito e enfrentando uma demanda decrescente, não tiveram outra escolha a não ser reduzir suas produções e dispensar trabalhadores contratados (Eichengreen, 1992). O aumento massivo e imediato do desemprego reduziu ainda mais o consumo e a demanda, criando um círculo vicioso de retração econômica. A retração econômica subsequente ao crash foi agravada por políticas econômicas falhas e pela incapacidade de instituições financeiras em prover liquidez ao mercado (Eichengreen, 1992). As empresas, estranguladas pela falta de crédito e enfrentando um ambiente de consumo em queda, sendo forçadas a fazer demissões em larga escala, acabaram piorando ainda mais a crise ao restringir o poder de compra dos consumidores. O crescente desemprego, associado à deflação, reforçou um ciclo de contração econômica que se mostrou extremamente difícil de reverter.

O impacto social desta crise econômica tivera resultados devastadores, com milhões de americanos enfrentando pobreza, fome e desespero. As consequências humanas da Grande Depressão são vividamente documentadas nas obras de autores e fotógrafos da época, como Dorothea Lange e John Steinbeck, que em suas obras retrataram com louvor a miséria e a resiliência das comunidades que passaram e sofreram as consequências no dia a dia, na pele (Steinbeck, 1939; Lange, 1936). Além de todas as consequências referentes a Grande Crise, os americanos passaram por períodos sombrios em sua agricultura por conta do "Dust Bowl", que foi o resultado de um período de severas tempestades de areia que levaram a falência de fazendas e a degradação ambiental no Estados Unidos e Canada, essa catástrofe levou a migrações massivas e à intensificação da pobreza urbana e rural que na época já se passava por momentos delicadíssimos em questão da crise. As consequências humanas da crise foram sentidas de maneira aguda por milhões de cidadãos comuns. O desemprego e a pobreza se tornaram vivências cotidianas, intensificando o desespero e a incerteza (Steinbeck, 1939; Lange, 1936). A crise expôs e intensificou as desigualdades sociais e econômicas existentes, deixando um legado de sofrimento e resiliência.

O governo dos Estados Unidos inicialmente adotou uma abordagem *laissez-faire* à crise, esperando que o próprio mercado iria se corrigir com o tempo. No entanto, a persistência e a profundidade da depressão e suas consequências reais

no sofrimento da população obrigaram uma reavaliação das políticas governamentais. A eleição de Franklin D. Roosevelt em 1932 sinalizou uma mudança na abordagem do governo, com a implementação do "New Deal", uma série de programas, políticas públicas e reformas legislativas implementadas nos Estados Unidos sob a presidência de Roosevelt em resposta aos estragos causados pela Grande Depressão destinados a revitalizar a economia e aliviar o sofrimento dos cidadãos (Romer, 1992). O New Deal representou uma reconfiguração significativa do papel do Estado na economia e na sociedade americana. A resposta do governo federal aos primeiros anos da Grande Depressão havia sido marcada por uma hesitação e uma falta de compreensão e ação sobre a natureza e a escala de realidade da crise. A falta de urgência de políticas para resolução e o aguardar da resolução laissez-faire levou a uma piora de condições da população que não poderia mais ser aceita. A implementação do New Deal por Roosevelt marcou uma virada significativa, introduzindo uma série de reformas econômicas e sociais projetadas para estabilizar e revitalizar a economia (Romer, 1992). No entanto, a escala e a persistência da depressão exigiram uma expansão sem precedentes do papel do governo na economia, levando a debates intensos sobre a intervenção governamental e a natureza do capitalismo, mas com a situação que o país estava, não tinham muita opção.

A reação internacional à crise nos Estados Unidos também é fundamental para entender sua propagação global. Os Estados Unidos eram um credor líquido e um pilar do comércio internacional, e por consequência orgânica, sua crise econômica teve efeitos dominó em todo o sistema econômico mundial global (Kindleberger, 1973). As tentativas de países estrangeiros de proteger suas economias, através da implementação de tarifas e quotas, apenas agravaram o colapso do comércio internacional e aprofundaram a depressão global. Internacionalmente, a crise desencadeada pelo "Crash" de 1929 gerou uma reavaliação profunda do sistema econômico global e de como os países do mundo pensavam suas relações econômicas internacionais (Kindleberger, 1973). Os países tentaram isolar suas economias através de medidas protecionistas, mas essas frequentemente resultavam em retaliações e diminuição do comércio internacional, aprofundando a recessão global. A crise ressaltou a interconexão e a interdependência das economias nacionais, sinalizando a impossibilidade de uma resolução caseira e a necessidade

de uma maior cooperação e coordenação internacional para resolver problemas econômicos globais.

2.2 DISSEMINAÇÃO INTERNACIONAL E RESPOSTAS ECONÔMICAS

A dissolução da economia americana em 1929 precipitou uma série de eventos econômicos cataclísmicos que repercutiram em escala global, impactando profundamente nações em todo o mundo, tanto economicamente quanto politicamente e socialmente. A proliferação de laços econômicos globais durante a década de 1920 criou uma rede interconectada de economias nacionais, sendo que a falência do sistema financeiro americano atuou como um catalisador para a crise internacional (Eichengreen, 1992). Nações conectadas por comércio e investimento encontraram-se vulneráveis ao efeito dominó originado na economia Americana, culminando em um efeito cascata de contrações econômicas, falências e altas taxas de desemprego. Aprofundando-se ainda mais nos aspectos econômicos, a Grande Depressão revelou quão intrinsecamente ligadas estavam as economias nacionais na época (Kindleberger, 1973). A fragilidade dos elos econômicos mundiais, evidenciada pelo colapso de 1929, promoveu um estado de insegurança financeira, evidenciando a necessidade de reformas econômicas e sistemas financeiros mais seguros e resilientes. A vulnerabilidade das economias nacionais às flutuações do mercado global intensificou os impactos da crise, propagando ondas de instabilidade econômica que chegaram como tsunamis no mundo todo.

Na Europa, já abalada pelas consequências econômicas da Primeira Guerra Mundial, o impacto foi especialmente severo. Países como a Alemanha, atrelados a pesadas dívidas de guerra e reparação, foram devastados por hiperinflação e desemprego massivo (Kindleberger, 1973). Este ambiente de instabilidade econômica e social preparou o terreno para a ascensão de regimes autoritários e totalitários, minando os princípios democráticos e levando ao estabelecimento de governos totalmente extremistas. O sofrimento econômico e social incentivou o ressentimento público e a busca por soluções radicais, culminando na ascensão de líderes como Adolf Hitler na Alemanha e Benito Mussolini na Itália (Shirer, 1960). Este período ilustrou vividamente como adversidades econômicas afetam não só a

economia, mas apodem se traduzir em profundas transformações políticas, moldando o cenário geopolítico internacional para as décadas futuras.

A crise provocou reações protecionistas generalizadas, com muitos países erguendo barreiras comerciais na esperança de resguardar suas economias domésticas (Temin, 1976). Este aumento no protecionismo intensificou as disputas internacionais e obstruiu ainda mais os fluxos de comércio e investimento globais, contribuindo para a profundidade e duração da Grande Depressão ao estrangular a já debilitada economia internacional. Em resposta à disseminação da crise, diversas nações adotaram a implementação de tarifas alfandegárias elevadas, na tentativa de proteger suas economias domésticas em relação a crise mundial (Irwin, 2012). No entanto, essas políticas acabaram por maximizarem ainda mais os problemas econômicos globais, agravando as tensões comerciais e contribuindo para o declínio do comércio internacional. O protecionismo, embora intencionado a salvaguardar interesses nacionais, revelou-se contraproducente, alimentando conflitos econômicos e isolacionismo.

Para as nações da América Latina, cujas economias eram predominantemente centradas em exportações de matérias-primas, a crise representou a ruína desse mercado. Com a demanda internacional e os preços das commodities em queda livre, países latino-americanos experimentaram uma crise econômica profunda, marcada por deflação, desemprego e agitação social. Os efeitos da crise moldaram políticas econômicas e orientações ideológicas na região por décadas, conduzindo a uma reavaliação das estratégias de desenvolvimento econômico e político dos países subdesenvolvidos. Para os países da América Latina, cujas economias eram em grande parte sustentadas pela exportação de produtos primários, a Grande Depressão representou um golpe devastador (Baer, 1972). A queda abrupta dos preços das commodities e o encolhimento dos mercados internacionais levaram a sérias dificuldades econômicas, declínios de receitas de exportação e a necessidade urgente de reformas econômicas e diversificação produtiva. A vulnerabilidade econômica da região evidenciou a fragilidade dos modelos econômicos excessivamente dependentes somente das exportações.

Na Ásia, o Japão e outras economias dependentes de exportações também foram severamente impactados pela retração do comércio internacional. A

desaceleração econômica e o declínio nas exportações estimularam respostas políticas agressivas e expansionistas, culminando em tensões geopolíticas e conflitos militares. O impacto da crise em nações asiáticas evidencia o alcance global da Grande Depressão e sua capacidade de remodelar o cenário político-econômico mundial.

2.3 CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS GLOBAIS

As consequências da crise não se limitaram às fronteiras dos Estados Unidos, reconfigurando economias e sociedades em escala global (Eichengreen, 1992). Nações responderam com políticas variadas, algumas com maior sucesso que outras, mas as devastadoras sombras da crise perduraram, moldando a política econômica e social internacional nas décadas seguintes. O Impacto global da crise se manifestou por meio de diversas respostas governamentais. Eichengreen (1992), em sua obra ilustra que, além da busca por novas estratégias econômicas, emergiu uma necessidade de cooperação e coordenação internacionais. Porém, a ausência de uma ordem mundial consolidada e firme de mecanismos eficazes de governança internacional dificultou uma resposta coesa e colaborativa, contribuindo para a extensão e cada vez mais o aprofundamento da crise.

Na Europa, a crise exacerbou as tensões existentes, alimentando a instabilidade política e econômica e pavimentando o caminho para regimes totalitários (Shirer, 1960). Países como a Alemanha, já debilitados pelas reparações de guerra e pela hiperinflação, viram no Nacional-Socialismo uma resposta aos seus pesadelos econômicos. Na Itália, Mussolini consolidou seu regime fascista, enquanto outros países experimentaram variações de regimes autoritários, totalitários ou democráticos, numa tentativa de estabilizar suas economias e sociedades. A crise econômica, como exposto por Shirer (1960), serviu de base para uma revolução profunda e não só econômica, mas ideológica. A desestabilização econômica provocou uma onda de radicalismo político, possibilitando a ascensão de regimes totalitários que se utilizavam de narrativas de esperança e renovação nacional, como o Fascismo na Itália e o Nazismo na Alemanha. Novamente o mundo estava colocando na mão da esperança expectativa o futuro da economia, política e sociedade. O medo sem base aparente do Comunismo também impulsionou a

adoção de políticas autoritárias como um meio percebido de preservar ordens sociais e econômicas existentes.

Em resposta ao desespero econômico, os países ao adotarem políticas protecionistas, não obtiveram os resultados esperados. Tal estratégia isolacionista provou ser catastrófica, restringindo ainda mais o comércio internacional, o que resultou em uma redução dramática no fluxo de bens e serviços entre os países, afetando negativamente a produção global e aumentando a miséria e o desemprego em castata de muitas nações. A inclinação para políticas protecionistas, conforme analisado por Irwin (2012), não só alterou a dinâmica do comércio internacional, mas também sinalizou uma transformação na percepção do livre comércio. O protecionismo refletiu um isolacionismo crescente, uma tentativa de autopreservação que, paradoxalmente, levou ao declínio do comércio internacional, com consequências devastadoras, especialmente para economias mais frágeis e que eram dependentes do comércio exterior.

Para a América Latina, a crise representou um cenário de queda abrupta nos preços das commodities e redução das exportações, revelando as fragilidades de economias excessivamente dependentes de produtos primários (Baer, 2002). A necessidade de diversificação econômica e de reformas estruturais tornou-se imperativa, impulsionando transformações significativas nas políticas econômicas e sociais da região. Alguns países lograram avançar em direção a modelos econômicos mais resilientes e diversificados, embora as diferenças sociais e as disparidades econômicas permanecessem como desafios persistentes. A América Latina, região historicamente atrelada à exportação de produtos primários, teve seu desenvolvimento severamente afetado pela crise, sendo compelida a buscar alternativas econômicas. A crise destacou a necessidade de diversificação econômica e fomentou debates sobre desenvolvimento e industrialização como meios para reduzir a vulnerabilidade externa e alcançar a autonomia econômica, apontando para estratégias de substituição de importações e reorientação dos modelos econômicos predominantes.

No continente asiático, países como China e Japão experimentaram consequências contrastantes da crise. Enquanto o Japão via no expansionismo militar uma solução para suas dificuldades econômicas, a China enfrentava turbulências

políticas internas e a ameaça de invasão japonesa (Fairbank, 1986). Ambos os países, contudo, vivenciaram transformações significativas em suas estruturas políticas e sociais, evidenciando como o impacto da Grande Depressão transpôs barreiras culturais e políticas, modificando trajetórias nacionais e redefinindo equilíbrios de poder na região. Na Ásia, a crise aprofundou tensões preexistentes e fomentou um ambiente de instabilidade e militarização. A necessidade de reconfiguração econômica e a busca por segurança e estabilidade política incentivaram políticas mais agressivas e expansionistas, especialmente no Japão, que visava estabelecer sua influência na região. O quadro de incertezas e disputas territoriais gerou um ciclo de tensões e conflitos, sedimentando as bases para confrontos futuros na região.

2.4 IMPACTOS SOCIAIS E REFORMAS POLÍTICAS

A crise teve impactos sociais devastadores em escala global. Milhões de pessoas perderam seus empregos, suas economias, e muitas vezes, suas casas. A pobreza e a fome tornaram-se questões prementes, como documentado por Dorothea Lange (1936), cujas fotografias capturaram a essência do sofrimento humano durante este período. John Steinbeck (1939) em "As Vinhas da Ira", retratou as lutas enfrentadas pelas famílias de agricultores deslocadas, enfatizando a desesperança e a desilusão que permearam a sociedade. Essas representações culturais refletem o desespero e a desintegração social que caracterizaram a era, sublinhando a urgência de uma intervenção governamental substancial. Os efeitos sociais da Grande Depressão foram devastadores e permearam todas as camadas da sociedade. A perda generalizada de empregos não apenas significou uma crise de subsistência para milhões, mas também desencadeou uma profunda crise identitária entre a classe trabalhadora, que viu no trabalho não apenas um meio de subsistência, mas também um pilar central de sua dignidade e identidade. As fotografias de Dorothea Lange, por exemplo, não apenas documentam a extensão da miséria material, mas também capturam a desolação emocional das pessoas afetadas pela crise. A literatura da época, com Steinbeck oferecendo um retrato vívido das lutas enfrentadas pelas famílias deslocadas, funcionou como um testemunho poderoso da desumanização trazida pela pobreza. Assim, a Grande Depressão não apenas empobreceu os

indivíduos economicamente, mas também erodiu o tecido social, exacerbando tensões raciais, discriminatórias e de classe, e desafiando as noções preexistentes de solidariedade e comunidade.

No coração da resposta dos Estados Unidos à Grande Depressão estava o New Deal, uma visão audaciosa de Franklin D. Roosevelt para não apenas mitigar as consequências imediatas da calamidade econômica, mas para estabelecer alicerces sólidos para um futuro econômico estável e justo. Esta série abrangente de políticas, programas e reformas legislativas visava diretamente a raiz das mazelas econômicas e sociais que afligiam a nação. Dentre elas, a Social Security Act e a National Labor Relations Act emergiram como pedras angulares na construção do estado de bem-estar social americano, reformulando a relação entre o governo e seus cidadãos ao introduzir proteções sociais e econômicas fundamentais. Barry Eichengreen, em sua análise, destaca o New Deal como um marco transformador na governança econômica, inaugurando uma era de intervenção estatal orientada não apenas para a recuperação imediata, mas para a prevenção de futuras crises econômicas. A implementação da Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) garantiu uma reforma bancária crucial, reconstruindo a confiança no sistema financeiro através da proteção dos depósitos bancários. Além disso, o investimento em infraestrutura sob o New Deal não apenas gerou empregos, mas também modernizou o país, preparando a economia americana para enfrentar os desafios futuros com resiliência reforçada. Assim, as políticas do New Deal transcenderam a mera assistência imediata, promovendo uma transformação estrutural que redefiniu profundamente o papel do governo na economia e solidificou a infraestrutura social e econômica dos Estados Unidos para gerações futuras.

Na Europa, a crise estimulou uma série de respostas políticas que variaram significativamente de país para país. Na Grã-Bretanha, por exemplo, a crise levou a um aumento do compromisso com o estado de bem-estar social, culminando no desenvolvimento do National Health Service após a Segunda Guerra Mundial. Na Alemanha, no entanto, a depressão exacerbou a instabilidade política e econômica, contribuindo para a ascensão do Nazismo. Como Kindleberger (1973) observou, a incapacidade das democracias e do sistema internacional para efetivamente lidar com a crise sublinhou a necessidade de uma cooperação econômica mais estreita e de

instituições internacionais mais fortes, ideias que mais tarde informariam a criação de sistemas como o Banco Mundial e o FMI. Na Europa, a resposta à Grande Depressão variou significativamente, refletindo diferenças políticas e econômicas pré-existentes entre os países. Enquanto o Reino Unido e a França procuravam maneiras de adaptar suas economias e sistemas políticos à nova realidade, na Alemanha, a crise exacerbou a instabilidade política que já era palpável desde o fim da Primeira Guerra Mundial. A ascensão do Nazismo pode ser vista como uma resposta direta ao desespero econômico, onde promessas de recuperação econômica e restabelecimento do orgulho nacional encontraram terreno fértil no descontentamento popular. Esta situação destaca como as consequências da Grande Depressão transcenderam a economia, influenciando diretamente os rumos políticos e ideológicos do continente.

Na América Latina, a Grande Depressão acelerou a mudança em direção à industrialização por substituição de importações (ISI) como uma estratégia econômica, visando reduzir a dependência de exportações de commodities e fomentar o desenvolvimento de indústrias locais. Werner Baer (2002) destaca que, embora essa estratégia tenha contribuído para o crescimento econômico em alguns países, também levou a desafios significativos, incluindo a inflação e a dependência contínua de mercados externos para capital e tecnologia. Essa transição econômica foi acompanhada por reformas políticas que buscavam estabilizar e estimular as economias nacionais, muitas vezes em um contexto de crescente autoritarismo. Na América Latina, a crise acelerou o abandono de políticas econômicas tradicionalmente agrárias em favor da industrialização. Esse processo foi acompanhado por uma crescente intervenção do Estado na economia, um movimento que, em alguns casos, fortaleceu regimes autoritários que prometiam estabilidade e crescimento econômico. No entanto, a industrialização por substituição de importações também lançou as bases para o desenvolvimento econômico futuro, embora tenha criado desafios, como a dependência de tecnologia estrangeira e a concentração de poder econômico.

O legado da Grande Depressão vai além da imensa adversidade econômica e social; ela precipitou uma mudança fundamental na relação entre os governos e os mercados, entre o estado e os cidadãos. A crise destacou a necessidade de uma

regulamentação econômica prudente, de redes de segurança social e de uma intervenção governamental estratégica em tempos de crise. Essas lições permanecem relevantes, informando as respostas políticas a crises econômicas subsequentes e moldando o desenvolvimento das políticas econômicas e sociais ao longo do século XX e até hoje. A Grande Depressão ressaltou a interconexão da economia global e a necessidade de cooperação internacional para enfrentar desafios econômicos. As reformas implementadas em resposta à crise não apenas buscaram resolver os problemas imediatos, mas também lançaram as bases para um novo paradigma de intervenção estatal na economia, que continua a influenciar as políticas econômicas e sociais em todo o mundo. A Grande Depressão, portanto, não apenas transformou economias, mas também redefiniu as relações entre Estados e mercados, entre governos e cidadãos. As reformas políticas e econômicas implementadas em resposta à crise tiveram um impacto duradouro, estabelecendo precedentes para o desenvolvimento de políticas de bem-estar social e intervenção econômica que moldariam o século XX. A crise ilustrou vividamente a necessidade de uma governança econômica mais responsável e de sistemas de proteção social mais robustos, legados que continuam a informar o debate político e econômico até os dias atuais.

CAPÍTULO 3: DESENVOLVIMENTO E IMPACTO DA CRISE DE 1929 NO BRASIL

3.1 A SITUAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL NA DÉCADA DE 1920

Durante a década de 1920, o Brasil vivenciou um período de relativo crescimento econômico impulsionado, em grande parte, pela bonança do café no mercado internacional. Este crescimento, conforme detalhado por Celso Furtado (2007), não foi acompanhado por uma diversificação econômica significativa, mantendo o país atrelado às flutuações dos mercados externos. A economia brasileira, portanto, encontrava-se vulnerável a choques externos, dada a sua dependência das exportações de um único produto. Essa vulnerabilidade foi exacerbada pela falta de desenvolvimento industrial interno, que poderia oferecer uma alternativa econômica à dependência das exportações agrícolas. O Brasil dos anos 1920, embora desfrutasse de um crescimento econômico impulsionado pela exportação do café, apresentava uma economia com pouca diversificação. Este

crescimento estava intrinsecamente ligado a um cenário internacional favorável, que após a Primeira Guerra Mundial, via uma demanda crescente por commodities agrícolas. No entanto, essa dependência externa colocava o Brasil em uma posição de grande fragilidade. Autores como Celso Furtado (2007) enfatizam como a economia brasileira estava à mercê das volatilidades dos mercados internacionais, uma situação exacerbada pela ausência de uma política econômica interna robusta que pudesse amortecer choques externos. O boom do café gerou um ciclo de prosperidade ilusória, onde o aumento temporário das receitas de exportação mascarava a necessidade de reformas estruturais profundas na economia.

A estrutura social brasileira na década de 1920 também refletia as disparidades econômicas. A concentração de renda era evidente, com uma elite agrária detendo grande parte da riqueza nacional, enquanto a maioria da população enfrentava condições de vida precárias. Thomas E. Skidmore (1999) descreve como a riqueza gerada pelo café não se traduzia em melhorias sociais para a população em geral, contribuindo para aprofundar as desigualdades sociais e econômicas. A falta de investimentos em infraestrutura e serviços básicos ampliava o fosso entre as classes, limitando as oportunidades de mobilidade social e perpetuando um ciclo de pobreza e exclusão. A prosperidade econômica vivida por segmentos da sociedade brasileira durante os anos do boom do café contrastava agudamente com a realidade de vastas camadas da população. A riqueza gerada pelo café estava concentrada nas mãos de uma elite agrária, enquanto a maioria enfrentava condições de vida desafiadoras, com acesso limitado a serviços básicos de saúde, educação e habitação. Thomas E. Skidmore (1999) discute como a estrutura econômica e social do Brasil perpetuava a desigualdade e impedia o desenvolvimento de um mercado interno robusto, essencial para o crescimento econômico sustentável. A falta de investimento em infraestrutura básica e a ausência de políticas de redistribuição de renda exacerbavam as disparidades sociais, criando um ambiente de instabilidade que seria profundamente desafiado pela crise que se avizinhava.

A atuação do Estado na economia brasileira da década de 1920 caracterizou-se por uma intervenção limitada, com políticas voltadas principalmente para a sustentação da produção e exportação do café. Como Werner Baer (2002) aponta, o governo federal empenhou-se em políticas de valorização do café, comprando

excedentes para manter os preços no mercado internacional. Essa política de valorização, embora tenha proporcionado uma estabilidade temporária para os cafeicultores, não promoveu o desenvolvimento econômico diversificado, deixando o país exposto a choques externos como a crise de 1929. A resposta do governo brasileiro à dependência do café refletia uma tentativa de estabilizar e proteger a economia nacional. A valorização do café, uma política de compra de excedentes para manter os preços, representou uma intervenção estatal significativa na economia. Werner Baer (2002) salienta que, apesar dessas tentativas de estabilização, a política não conseguiu fomentar o desenvolvimento industrial ou diversificar a economia. A crise de 1929 revelaria as limitações dessa abordagem, forçando o Brasil a reconsiderar o papel do Estado na economia e a buscar uma estratégia de desenvolvimento mais autônoma e diversificada.

A situação econômica do Brasil na década de 1920 não pode ser completamente entendida sem considerar o contexto internacional. A recuperação europeia pós-Primeira Guerra Mundial e a expansão econômica americana contribuíram para o boom das exportações brasileiras de café. No entanto, como destacado por Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein (2006), essa dependência do mercado externo colocou o Brasil em uma posição extremamente frágil diante da iminente crise econômica mundial. A Grande Depressão evidenciaria essa fragilidade, desencadeando uma série de desafios econômicos e sociais que o Brasil enfrentaria nas décadas seguintes. A posição do Brasil no cenário econômico internacional da década de 1920 foi fortemente influenciada pelas políticas e demandas dos países desenvolvidos. A recuperação econômica da Europa pós-guerra e o dinamismo econômico dos Estados Unidos criaram condições favoráveis para as exportações brasileiras. Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein (2006) argumentam que a inserção do Brasil na economia global, embora benéfica a curto prazo, expôs o país a riscos externos significativos. A eventual contração do comércio internacional e a queda dos preços do café desencadeada pela Grande Depressão ilustram como a falta de diversificação econômica e a dependência de um único produto para exportação colocaram a economia brasileira em uma posição de vulnerabilidade extrema.

Portanto, a década de 1920 configurou-se como um período de crescimento econômico marcado por uma vulnerabilidade estrutural significativa, que não apenas predisps o Brasil aos choques da Grande Depressão, mas também catalisou uma reavaliação fundamental das políticas econômicas e sociais. A crise de 1929 agiu como um ponto de inflexão, expondo as fragilidades da economia brasileira e impulsionando mudanças que eventualmente promoveriam o desenvolvimento industrial e uma maior autonomia econômica. A transição para um modelo de desenvolvimento mais diversificado e menos dependente das exportações de café marcou o início de um novo capítulo na história econômica do Brasil, onde o papel do Estado na economia se expandiu significativamente, buscando proteger e promover o bem-estar social e econômico da nação frente aos desafios de uma economia global em constante mudança.

3.2 O IMPACTO DIRETO DA GRANDE DEPRESSÃO NO BRASIL

Antes da crise de 1929, o Brasil desfrutava de um período de crescimento econômico ancorado na exportação de café, sua principal commodity. Este modelo de crescimento, contudo, expôs o país a uma vulnerabilidade externa significativa. Autores como Celso Furtado (2007) argumentam que a dependência de uma única fonte de renda externa colocou a economia brasileira em uma posição precária, suscetível a choques externos. A falta de diversificação econômica significava que qualquer perturbação nos mercados internacionais poderia ter consequências diretas devastadoras para o Brasil. Além da dependência do café, o Brasil na década de 1920 experimentou um influxo de capital estrangeiro, sobretudo britânico e americano, destinado principalmente à infraestrutura e à indústria de base, como ferrovias e serviços públicos. Esses investimentos, embora cruciais para a modernização do país, aumentaram a exposição do Brasil a caprichos de mercados financeiros internacionais. A economia brasileira, já fragilizada por uma balança comercial desfavorável e um endividamento externo crescente, enfrentava um cenário de instabilidade ainda maior. A análise de Suzigan (1986) destaca como essa vulnerabilidade financeira externa posicionou o Brasil em uma rota de colisão inevitável com as forças desestabilizadoras que emanavam da economia global.

O colapso da Bolsa de Nova York teve um efeito imediato e dramático sobre a economia brasileira. A demanda por café no mercado internacional despencou, resultando em uma queda abrupta nos preços e no volume das exportações brasileiras. Werner Baer (2002) ilustra como essa redução na demanda externa levou a um superávit significativo de café não vendido, o que, por sua vez, causou uma crise de liquidez, afetando a capacidade do país de importar bens necessários. O impacto direto da Grande Depressão no Brasil revelou as fragilidades de uma economia excessivamente dependente das exportações de commodities. A queda na demanda por café impactou não apenas os grandes produtores, mas também milhares de trabalhadores rurais, exacerbando a situação de emprego e provocando um êxodo rural sem precedentes. Este fenômeno, por sua vez, estimulou um crescimento urbano acelerado e desordenado, contribuindo para o aumento da tensão social nas cidades, onde a oferta de emprego não acompanhava a demanda crescente. O governo, buscando estabilizar os preços do café no curto prazo, acabou por inflar artificialmente o valor da commodity, uma estratégia insustentável que culminaria em dificuldades econômicas prolongadas, conforme discutido por Stein (1950).

A crise econômica exigiu uma resposta imediata do governo brasileiro, que adotou uma série de medidas de intervenção econômica. Uma das primeiras respostas foi a valorização do café, uma tentativa de sustentar os preços por meio da compra e armazenamento do excesso de produção. Segundo Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein (2006), tais políticas refletiram uma mudança significativa na atuação do Estado na economia, marcando o início de um período mais intervencionista que buscava, eventualmente, promover a diversificação econômica por meio da industrialização. Embora as políticas de valorização do café tenham sido um esforço para mitigar o impacto da crise, elas também refletiram a dificuldade do governo em adotar uma abordagem econômica mais diversificada e proativa. A crise evidenciou a necessidade de reformas estruturais mais profundas que foram lentas em se materializar. Além disso, a implementação de barreiras tarifárias para proteger as indústrias nascentes, como aponta Abreu (1990), marcou um movimento em direção ao protecionismo e à substituição de importações, embora essas políticas só fossem ganhar força nas décadas seguintes.

Os efeitos da Grande Depressão no Brasil ultrapassaram as esferas econômicas, afetando profundamente a sociedade brasileira. A crise exacerbou as desigualdades sociais e econômicas, aumentou o desemprego e reduziu significativamente os padrões de vida de amplas camadas da população. Thomas Skidmore (1999) descreve como a depressão aguçou a consciência social e política no país, impulsionando movimentos que reivindicavam reformas trabalhistas e sociais mais amplas, que seriam parcialmente atendidas nas décadas seguintes. O impacto socioeconômico da Grande Depressão no Brasil transcendeu as esferas econômicas, afetando a estrutura social do país. A deterioração das condições de vida contribuiu para o fortalecimento de movimentos trabalhistas e o surgimento de demandas por direitos sociais mais amplos. Neste contexto, a formação de alianças entre trabalhadores urbanos e outros setores sociais descontentes sinalizou o início de uma nova consciência política, que desafiaria as estruturas de poder tradicionais e inspiraria a busca por reformas políticas e sociais mais inclusivas, conforme observado por Fausto (1997).

A longo prazo, a Grande Depressão serviu como um catalisador para a transformação econômica do Brasil. O choque externo e suas consequências imediatas precipitaram a necessidade de uma estratégia de desenvolvimento econômico mais autônoma, centrada na industrialização. Essa mudança de paradigma, que começou como uma resposta à crise, acabou por moldar o futuro econômico do Brasil, inaugurando uma era de crescimento industrial que reduziria a dependência do país das exportações de commodities e promoveria o desenvolvimento de um mercado interno robusto. A transição para a industrialização, embora representasse uma tentativa de diversificar a economia e reduzir a dependência do café, também introduziu novos desafios. O processo de industrialização por substituição de importações estimulou o crescimento de setores industriais, mas também exacerbou a dependência tecnológica e financeira do exterior. A longo prazo, essa estratégia de desenvolvimento econômico levou a desequilíbrios estruturais que limitariam o potencial de crescimento do Brasil, um tema explorado por Furtado (1963) em sua análise crítica do desenvolvimento econômico brasileiro pós-Depressão. O legado da Grande Depressão, portanto, é ambivalente, marcado por avanços significativos em direção à modernização e

industrialização, mas também por desafios persistentes que moldariam o desenvolvimento econômico e social do Brasil nas décadas seguintes.

3.3 RESPOSTAS GOVERNAMENTAIS E POLÍTICAS DE INTERVENÇÃO

A primeira grande resposta do governo brasileiro à crise foi a política de valorização do café. Diante da queda abrupta nos preços e na demanda pelo café no mercado internacional, o governo brasileiro, sob a liderança de Washington Luís, adotou uma política de compra e retenção das safras de café, com o intuito de reduzir a oferta no mercado internacional e, conseqüentemente, elevar os preços. Esta política, como Celso Furtado (2007) observa, teve um duplo efeito: por um lado, protegeu os cafeicultores brasileiros da ruína imediata; por outro, contribuiu para o aumento da dívida pública e a inflação, levando a questionamentos sobre sua sustentabilidade a longo prazo. A política de valorização do café adotada pelo governo brasileiro na esteira da Grande Depressão exemplifica uma tentativa de intervenção direta no mercado para controlar preços de um produto crucial. Esta estratégia, embora tenha proporcionado um alívio temporário aos cafeicultores, gerou implicações de longo prazo para a economia. A prática de queimar estoques de café para sustentar os preços, por exemplo, reflete a medida extrema adotada pelo governo, que, apesar de sua intenção de estabilização, sinalizou uma gestão econômica questionável que exacerbou o endividamento público e ampliou a crise econômica interna. A política também ilustra a dependência estrutural do Brasil em um único produto de exportação, um modelo econômico vulnerável a choques externos, conforme apontado por historiadores econômicos como Steven Topik (2000), que destacam a fragilidade de uma economia monoexportadora.

A crise de 1929 também acelerou o processo de industrialização por substituição de importações (ISI) no Brasil. Diante da redução das importações causada pela escassez de divisas, o governo incentivou a produção nacional de bens que anteriormente eram importados. Werner Baer (2002) argumenta que essa política não apenas ajudou a proteger a economia brasileira dos choques externos, mas também estimulou o desenvolvimento industrial, reduzindo a dependência histórica do Brasil das exportações de commodities. No entanto, essa estratégia de desenvolvimento econômico também enfrentou críticas, especialmente pela forma

como promoveu a concentração industrial em áreas urbanas, exacerbando desigualdades regionais e sociais. A transição para a industrialização por substituição de importações representou uma mudança paradigmática na política econômica brasileira. Essa estratégia, embora tenha contribuído para o desenvolvimento de um setor industrial interno e reduzido a vulnerabilidade externa do país, também trouxe desafios significativos. A implementação dessa política incentivou a concentração industrial em áreas urbanas selecionadas, exacerbando desigualdades regionais e promovendo um modelo de desenvolvimento que negligenciou setores rurais e agrícolas. Além disso, essa abordagem ao desenvolvimento industrial, dependente de políticas protecionistas e subsídios governamentais, criou distorções econômicas que, a longo prazo, afetaram a competitividade internacional do Brasil. Analistas econômicos, como Werner Baer (2002), apontam para a necessidade de reformas estruturais que equilibrassem o crescimento industrial com o desenvolvimento sustentável de outros setores.

A necessidade de reformas bancárias e financeiras tornou-se evidente à medida que a crise progredia. O governo Getúlio Vargas, que assumiu o poder em 1930, implementou uma série de reformas destinadas a estabilizar a moeda e reorganizar o sistema bancário. A criação do Banco do Brasil como banco central em 1930 foi um passo crucial para centralizar e fortalecer a política monetária. Estas medidas, segundo Gustavo Franco (1999), foram fundamentais para restabelecer a confiança no sistema financeiro brasileiro e fornecer ao governo as ferramentas necessárias para uma intervenção econômica mais efetiva. A reformulação do sistema bancário e financeiro brasileiro na década de 1930 não se limitou à criação do Banco do Brasil como autoridade monetária central. Esta reforma visou também modernizar e estabilizar o sistema financeiro brasileiro, introduzindo regulamentações que limitavam a especulação financeira e incentivavam investimentos em setores produtivos da economia. A reforma bancária foi um componente crucial para a recuperação econômica e para o estabelecimento de uma base sólida para o financiamento do desenvolvimento industrial. No entanto, como Gustavo Franco (1999) observa, a eficácia dessas medidas foi limitada pela persistente instabilidade política e pela falta de uma infraestrutura financeira mais ampla que pudesse sustentar um crescimento econômico diversificado.

Outra frente de intervenção do governo Vargas foi a implementação de uma ampla gama de legislações trabalhistas e sociais. Estas políticas visavam não apenas aliviar as tensões sociais exacerbadas pela crise, mas também modernizar as relações de trabalho no Brasil. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em 1943, e a criação do salário mínimo foram medidas que, segundo Barbosa (2000), representaram um avanço significativo na proteção dos trabalhadores, embora também centralizassem o controle do Estado sobre os sindicatos e a negociação coletiva. As reformas trabalhistas e sociais implementadas durante o governo Vargas não apenas visaram melhorar as condições de trabalho e vida dos brasileiros, mas também representaram uma estratégia para fortalecer o poder do Estado sobre a economia e a sociedade. A consolidação das leis trabalhistas e a introdução do salário mínimo foram passos importantes na formalização das relações de trabalho no Brasil. Contudo, essas medidas também reforçaram o controle estatal sobre os sindicatos e limitaram a autonomia dos movimentos operários. A implementação de políticas de bem-estar social, como apontado por Barbosa (2000), teve o mérito de inserir o Brasil no caminho das nações que buscavam garantir direitos básicos aos seus cidadãos, embora esse processo fosse marcado por tensões entre o Estado, empregadores e trabalhadores.

As políticas de intervenção adotadas pelo Brasil em resposta à Grande Depressão tiveram um impacto duradouro no desenvolvimento econômico e social do país. Embora essas medidas tenham ajudado a mitigar os efeitos imediatos da crise, elas também lançaram as bases para o modelo de desenvolvimento econômico que o Brasil seguiria nas décadas seguintes. A ênfase na industrialização e no papel intervencionista do Estado na economia, conforme analisado por Furtado (1985), moldou a trajetória econômica do Brasil, promovendo um crescimento econômico significativo, mas também enfrentando desafios relacionados à inflação, desigualdade social e dependência de importações. As políticas de intervenção adotadas em resposta à Grande Depressão tiveram um impacto indelével no desenvolvimento econômico e social do Brasil. Enquanto essas medidas ajudaram a estabilizar a economia a curto prazo e promoveram a industrialização, também introduziram desafios estruturais de longo prazo, como a dependência de políticas protecionistas e a necessidade de uma diversificação econômica mais abrangente. A análise de Furtado (1985) sugere que, embora as respostas do governo à crise tenham sido

cruciais para o desenvolvimento subsequente do Brasil, elas também refletem as complexidades de equilibrar crescimento, estabilidade e equidade social em uma economia emergente.

3.4 TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS DECORRENTES DA CRISE

A Grande Depressão de 1929 marcou um ponto de inflexão não apenas na economia global, mas também nas estruturas sociais e políticas de países afetados pela crise, inclusive o Brasil. Este período de adversidade econômica sem precedentes serviu como catalisador para mudanças substanciais nas políticas governamentais e nas dinâmicas sociais, reconfigurando o tecido da sociedade brasileira e as diretrizes de seu desenvolvimento futuro.

O impacto direto da Grande Depressão no Brasil evidenciou-se principalmente pela abrupta queda nas exportações de café, a espinha dorsal da economia brasileira da época. A resposta governamental, centrada inicialmente na valorização do café através da compra e estocagem do excedente, refletiu uma tentativa de mitigar os efeitos imediatos da crise (Baer, 2002). Este movimento, embora crucial para sustentar temporariamente o setor cafeeiro, revelou-se insuficiente para abordar as ramificações mais profundas da depressão econômica (Furtado, 1963). A insuficiência dessas medidas iniciais sublinhou a necessidade de reformas mais amplas e estruturais para reativar a economia brasileira e proteger os setores mais vulneráveis da população (Luna & Klein, 2006). A resposta inicial do governo brasileiro à Grande Depressão reflete um panorama complexo de desafios econômicos e políticos. Além das medidas de valorização do café, o governo enfrentou pressões crescentes para intervir de maneira mais abrangente na economia (Skidmore, 1999). A crise evidenciou falhas estruturais na economia brasileira, particularmente sua vulnerabilidade a flutuações nos mercados globais (Topik, 2000). A política de valorização do café, embora tenha sido uma tentativa de estabilizar o mercado, logo mostrou-se insustentável frente à magnitude do colapso econômico global. A necessidade de uma resposta mais holística tornou-se aparente, levando a discussões sobre reformas econômicas mais profundas que pudessem estabelecer as bases para uma economia mais diversificada e resiliente (Franco, 1999).

Em resposta à crise e à necessidade de diversificar a economia para além do café, o Brasil empreendeu um processo acelerado de industrialização por substituição de importações. Este esforço para desenvolver a indústria interna e reduzir a dependência de produtos importados marcou uma mudança significativa na política econômica brasileira. A industrialização não apenas ajudou a criar empregos e estimular o crescimento econômico interno, mas também provocou transformações sociais profundas, incluindo a urbanização acelerada e a formação de uma classe trabalhadora industrial. Essas mudanças, por sua vez, contribuíram para a emergência de novas dinâmicas sociais e políticas, incluindo a demanda por direitos trabalhistas e melhores condições de vida. A industrialização por substituição de importações transformou o tecido econômico e social do Brasil. A emergência de indústrias manufatureiras alterou a distribuição da força de trabalho, com um número crescente de trabalhadores migrando do setor agrícola para o industrial. Este processo não foi apenas uma resposta à crise, mas também um reflexo de uma mudança paradigmática nas políticas de desenvolvimento econômico. No entanto, a industrialização veio com seus próprios desafios, incluindo a necessidade de infraestrutura adequada, formação de mão-de-obra qualificada e políticas que garantissem a distribuição equitativa dos benefícios do crescimento econômico. O desafio de equilibrar crescimento econômico com desenvolvimento social justo tornou-se um tema central nas décadas seguintes.

A mobilização social e as demandas por direitos trabalhistas encontraram eco no governo de Getúlio Vargas, que implementou uma série de reformas trabalhistas e sociais visando modernizar as relações de trabalho e estabelecer um pacto social mais inclusivo (Skidmore, 1999). A criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a introdução de direitos como férias remuneradas e jornada de trabalho regulamentada foram marcos importantes nesta direção (Barbosa, 2000). No entanto, a implementação dessas reformas também esteve associada ao fortalecimento do poder estatal e à consolidação do Estado Novo, um regime autoritário que limitou liberdades civis em nome da estabilidade e do progresso (Fausto, 1997). As reformas trabalhistas de Vargas foram fundamentais na redefinição das relações laborais no Brasil, marcando um avanço significativo nos direitos dos trabalhadores (Franco, 1999). No entanto, essas reformas também devem ser vistas no contexto do autoritarismo crescente do Estado Novo. A centralização do poder em Vargas e a

instrumentalização das políticas trabalhistas como meio de controle social refletem a complexidade das transformações dessa era (Skidmore, 1999). Enquanto as reformas proporcionaram proteções importantes para os trabalhadores, a erosão das liberdades civis e a supressão da dissidência política levantaram questões críticas sobre o custo dessas políticas para a democracia brasileira (Barbosa, 2000). Essas transformações, embora inovadoras em alguns aspectos, indicaram uma direção autoritária no governo Vargas, que buscou consolidar seu poder enquanto introduzia reformas que modernizariam as relações de trabalho. Enquanto a CLT e outras políticas trabalhistas representaram um avanço significativo, as medidas restritivas do Estado Novo revelaram um lado menos democrático dessas reformas, mostrando a tensão entre estabilidade política e liberdade social (Fausto, 1997).

As transformações sociais e políticas decorrentes da crise de 1929 no Brasil foram profundas e duradouras. A crise serviu como um catalisador para a reavaliação das estratégias de desenvolvimento econômico e para o fortalecimento do papel do Estado na economia e na sociedade. Embora as medidas adotadas tenham contribuído para a modernização e industrialização do país, elas também inauguraram um período de autoritarismo político que teria implicações significativas para a democracia brasileira. O legado da Grande Depressão, assim, é ambivalente, marcado por avanços econômicos e sociais, mas também por desafios políticos e democráticos que continuariam a moldar o Brasil nas décadas seguintes. O legado da Grande Depressão no Brasil é multifacetado, caracterizado por avanços econômicos significativos e desafios democráticos profundos. A crise serviu como um ponto de inflexão, após o qual o Brasil empreendeu um caminho de modernização econômica que alterou sua posição no cenário global. No entanto, as transformações sociais e políticas que acompanharam esse período também destacam a tensão entre desenvolvimento econômico e justiça social, um dilema que continuaria a moldar o debate público no Brasil. As políticas adotadas durante e após a crise da década de 1920 estabeleceram precedentes para intervenções governamentais na economia que persistiriam, levantando questões sobre o equilíbrio ideal entre o papel do Estado e o mercado.

CONCLUSÃO

A Grande Depressão foi mais do que uma crise econômica; foi um momento decisivo que redefiniu o século XX, alterando fundamentalmente as relações entre o Estado e o mercado, bem como entre governos e cidadãos. No Brasil, a crise acelerou processos de mudança econômica e reforma política que teriam profundas implicações para o desenvolvimento futuro do país. Globalmente, ela instigou uma reavaliação das políticas econômicas, levando a uma maior cooperação internacional e à criação de instituições destinadas a prevenir futuras crises econômicas. Através deste estudo, torna-se evidente que a Grande Depressão não apenas moldou o curso do século XX, mas também ofereceu lições valiosas sobre a dinâmica econômica global, a importância da estabilidade financeira e a necessidade de políticas econômicas e sociais equitativas. Os eventos da década de 1920 e 1930 continuam a ressoar, lembrando-nos da constante necessidade de vigilância contra as vulnerabilidades econômicas e da importância da ação governamental tanto na prevenção quanto na mitigação das crises econômicas.

A Grande Depressão marcou um ponto de inflexão na história econômica e política mundial, trazendo lições valiosas sobre os perigos da especulação desenfreada, a importância da regulamentação financeira e a necessidade de políticas econômicas equilibradas. No Brasil, a crise acelerou mudanças econômicas e sociais que já estavam em curso, levando a uma reavaliação do papel do Estado na economia. As respostas à crise, tanto no Brasil quanto em outros países, moldaram as políticas econômicas e sociais para as décadas seguintes, destacando a interdependência global e a importância da cooperação internacional para enfrentar desafios econômicos. A Grande Depressão ensinou que as crises econômicas exigem respostas coordenadas e cuidadosamente calibradas, equilibrando a necessidade de estabilidade econômica com a promoção da justiça social e do desenvolvimento sustentável.

A década de 1920 foi um período de grande prosperidade econômica nos Estados Unidos, marcado por avanços tecnológicos significativos e uma expansão sem precedentes do crédito, que alimentou uma especulação excessiva no mercado de ações. No entanto, essa prosperidade mascarava vulnerabilidades estruturais profundas, incluindo a distribuição desigual de renda, o aumento da produção

industrial não acompanhada pelo crescimento salarial correspondente e uma política monetária que alternava entre a expansão demasiada e a restrição abrupta do crédito. O crash da Bolsa de Valores de Nova York em outubro de 1929 não foi um evento isolado, mas o estopim que expôs e exacerbou essas fragilidades, levando a uma crise econômica de proporções globais. A exuberância da década de 1920, frequentemente caracterizada pela expansão do crédito e pelo consumo em massa, mascarava desequilíbrios econômicos fundamentais que prenunciavam uma crise. O colapso não foi apenas o resultado de práticas de mercado desreguladas, mas também de falhas na supervisão financeira e numa compreensão inadequada dos riscos sistêmicos pelo sistema bancário e pelos reguladores. A análise dessas causas revela a complexidade das interações entre políticas econômicas, expectativas do mercado e comportamento dos investidores, destacando a necessidade de uma abordagem mais prudente e regulada para a gestão econômica.

A crise rapidamente transcendeu as fronteiras americanas, afetando economias em todo o mundo através de uma complexa rede de comércio e finanças internacionais. Países que dependiam fortemente das exportações para os Estados Unidos, ou que estavam vinculados ao padrão-ouro, encontraram-se particularmente vulneráveis à contração econômica. A resposta internacional variou, com alguns países adotando políticas protecionistas que, em última análise, agravaram a recessão global. As consequências econômicas foram devastadoras, incluindo deflação, desemprego massivo e colapso de bancos, levando a profundas transformações sociais e a uma reavaliação do papel do Estado na economia. A rapidez com que a crise se espalhou globalmente ilustra a interconexão da economia mundial já naquela época. Este período destacou a fragilidade das economias interligadas e a necessidade de coordenação internacional para gerenciar crises econômicas, um entendimento que eventualmente levou à criação de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, visando estabilizar os sistemas financeiros e fomentar a reconstrução e o desenvolvimento econômico.

No Brasil, a década de 1920 caracterizou-se por uma economia em expansão, ainda que altamente dependente das exportações de café. A Grande Depressão atingiu duramente esta estrutura econômica singular, provocando uma queda acentuada no preço e na demanda pelo café no mercado internacional. A resposta do

governo brasileiro à crise foi multifacetada, incluindo esforços para sustentar os preços do café e fomentar a industrialização como forma de diversificar a economia. Tais políticas de intervenção estatal não apenas mitigaram os impactos diretos da crise, mas também desencadearam significativas transformações sociais e políticas, pavimentando o caminho para o Estado Novo de Getúlio Vargas e uma nova era de modernização econômica e centralização política. Esta transformação, embora tenha impulsionado o desenvolvimento industrial e urbano, também levou a mudanças significativas na estrutura social, com o aumento da urbanização e a emergência de uma classe trabalhadora urbana, fatores que redefiniriam as políticas sociais e trabalhistas nas décadas seguintes.

As transformações sociais e políticas no Brasil decorrentes da Grande Depressão foram profundas. A crise funcionou como um catalisador para o aumento da intervenção do Estado na economia e na sociedade, um movimento consolidado durante o regime do Estado Novo. As políticas de Vargas visavam não apenas a recuperação econômica, mas também a estabilização social através de uma série de reformas trabalhistas e sociais. Essas políticas refletiam uma nova concepção do papel do Estado, não apenas como regulador da economia, mas como garantidor da justiça social. Contudo, a centralização do poder político sob Vargas levantou questões sobre os limites da intervenção estatal e as implicações para a democracia, temas que continuariam a influenciar o debate político no Brasil.

REFERÊNCIAS

Abreu, Marcelo de Paiva. "Origens do Protecionismo Brasileiro." Editora Pioneira, 1990.

Baer, Werner. "The Brazilian Economy: Growth and Development." Praeger, 2002.

Barbosa, Luiz Carlos. "A Era Vargas." Editora Brasiliense, 2000.

Brucoli, Matthew J. "Some Sort of Epic Grandeur: The Life of F. Scott Fitzgerald." University of South Carolina Press, 2002.

Chandler, Alfred D. "Scale and Scope: The Dynamics of Industrial Capitalism." Belknap Press, 1990.

Eichengreen, Barry. "Golden Fetters: The Gold Standard and the Great Depression, 1919–1939." Oxford University Press, 1992.

Fairbank, John K. "The Great Chinese Revolution 1800-1985." Harper & Row, 1986.

Franco, Gustavo. "O Plano Real e Outros Ensaio." Editora Zahar, 1999.

Friedman, Milton, and Schwartz, Anna Jacobson. "A Monetary History of the United States, 1867-1960." Princeton University Press, 1963.

Furtado, Celso. "A Economia Latino-Americana: Formação Histórica e Problemas Contemporâneos." Paz e Terra, 1985.

Furtado, Celso. "Formação Econômica do Brasil." Companhia das Letras, 1963.

Furtado, Celso. "O Mito do Desenvolvimento Econômico." Paz e Terra, 2007.

Galbraith, John Kenneth. "The Great Crash, 1929." Houghton Mifflin Harcourt, 1954.

Hobsbawm, Eric. "Age of Extremes: The Short Twentieth Century, 1914-1991." Pantheon Books, 1994.

Irwin, Douglas A. "Peddling Protectionism: Smoot-Hawley and the Great Depression." Princeton University Press, 2012.

Keynes, John Maynard. "The Economic Consequences of the Peace." Macmillan, 1919.

Kindleberger, Charles P. "Manias, Panics, and Crashes: A History of Financial Crises." Basic Books, 1978.

Kindleberger, Charles P. "The World in Depression, 1929–1939." University of California Press, 1973.

Lange, Dorothea. "An American Exodus: A Record of Human Erosion." Reinhold Publishing Corporation, 1936.

Leuchtenburg, William E. "The Perils of Prosperity, 1914-32." University of Chicago Press, 1993.

Luna, Francisco Vidal, e Klein, Herbert S. "An Economic and Demographic History of São Paulo, 1850-1950." Stanford University Press, 2006.

Romer, Christina D. "The Great Crash and the Onset of the Great Depression." The Quarterly Journal of Economics, 1992.

Shirer, William L. "The Rise and Fall of the Third Reich: A History of Nazi Germany." Simon & Schuster, 1960.

Skidmore, Thomas E. "Brasil: De Getúlio a Castelo." Paz e Terra, 1999.

Smulyan, Susan. "Selling Radio: The Commercialization of American Broadcasting, 1920-1934." Smithsonian Books, 1994.

Steinbeck, John. "The Grapes of Wrath." Viking Press, 1939.

Stein, S. (1950). The Brazilian coffee industry: an economic analysis. New York: Columbia University Press.

Suzigan, W. (1986). A economia brasileira na década de 1980: fragilidades e desafios. São Paulo: Editora Cortez.

Temin, Peter. "Did Monetary Forces Cause the Great Depression?" W.W. Norton & Company, 1976.

Topik, Steven. "Trade and Gunboats: The United States and Brazil in the Age of Empire." Stanford University Press, 2000.